

Uma luz no fim do túnel. Será?

Antonio Carlos Lopes (*)

O Ministério da Educação anunciou dias atrás o congelamento de vagas de medicina no País

A partir de agora, pelos próximos cinco anos, será estancada a abertura irresponsável de faculdades médicas, que ocorria há quase três décadas sem quaisquer critérios. Lamentavelmente a medida não revoga a criação de 37 cursos aprovados pela ex-presidente Dilma Rousseff, na esteira do Programa Mais Médicos. De qualquer maneira, se olharmos somente o aspecto positivo, é um alento para o Brasil e para nossos pacientes.

Todos sabemos que um lobby poderoso transformou o campo da medicina em filão atraente para um grupo de empresários mercantilistas. As mensalidades giram em torno de R\$ 7 mil a R\$ 13 mil. Assim, seguidos governos entraram no jogo, fazendo opção pela quantidade em vez da qualidade. Apenas nos últimos quatro anos, o número de vagas saltou de 19 mil para 31 mil.

No Brasil até nasceu a "profissão" de criador de projetos para abrir cursos médicos. Para ter uma ideia da consequência desta irresponsabilidade, hoje temos 307 escolas para 207 milhões de habitantes. A China, com cerca de 1,4 bilhão de habitantes, possui 150 faculdades de medicina, o suficiente para resolver bem os problemas da assistência em saúde.

Não haveria nada a temer, caso nossos cursos médicos colocassem na linha de frente de atendimento profissionais com capacitação de excelência. O problema é que, ano a ano, o nível da graduação piora, conforme atestam as seguidas

edições do Exame do Creмес para recém-graduados.

O mais recente, realizado em 2017, teve seus resultados divulgados em fevereiro de 2018. A despeito de a prova ser considerada de nível intermediário, 88% não souberam interpretar o resultado de um exame de mamografia e erraram a conduta terapêutica de uma paciente.

Entre tantas estatísticas desalentadoras, registro mais duas que deixam bem claro que estamos formando profissionais que no máximo servem para cuidar de gripe. Mais da metade dos novos médicos avaliados, ou melhor, exatos 54% não conseguiram analisar o comportamento da frequência cardíaca e da pressão arterial durante a gravidez. Outros 50% não souberam respeitar a autonomia do paciente.

Faculdades sem condições e estrutura adequada à boa formação, como hospital-escola e corpo docente competente, são risco à saúde e à vida da população. Portanto, também é necessário ressaltar que o decreto do MEC deixa perigosa lacuna. Falo sobre as dezenas, talvez até centenas, de cursos que atualmente funcionam à margem de fiscalização rigorosa e repleto de insuficiências.

É imprescindível que as faculdades de medicina passem por controle de qualidade. Aquelas que não atingirem o padrão, tem de ser fechadas, se não solucionarem suas falhas. Médico é para tratar de gente, jamais se pode esquecer disto. Seriedade na graduação é o mínimo que podemos exigir das escolas.

Já quanto aos nossos políticos, a eleição se aproxima.

(*) - É presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica.

Base curricular do ensino médio será debatida em audiências

O Conselho Nacional de Educação (CNE) vai realizar audiências públicas nas cinco regiões do país para debater a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio

O documento vai orientar os currículos dessa etapa e estabelecer as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo do ensino médio em cada área de conhecimento. A primeira reunião será realizada em Florianópolis, no dia 11 de maio. Em seguida, haverá audiências em São Paulo (8/6), Fortaleza (6/7), Belém (10/8) e Brasília (29/8).

A BNCC foi entregue na semana passada pelo MEC ao CNE. O conselho deverá analisar e aprovar a BNCC antes de o documento começar a valer.

No fim do ano passado, o CNE aprovou a base curricular para as outras duas etapas do ensino básico: a educação infantil e o ensino fundamental. Também foram realizadas cinco audiências públicas, além do recebimento de sugestões pela internet. O ministro da Educação, Rossieli Soares, espera que a BNCC do ensino médio seja homologada até o fim deste ano,



Os alunos deverão cobrir toda a BNCC em, no máximo, 1,8 mil horas-aula.

para que o processo de implementação possa ser iniciado em 2019.

O texto entregue pelo MEC organiza a BNCC do ensino médio por áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. Apenas as disciplinas de língua portuguesa e matemática aparecem como com-

ponentes curriculares, ou seja, disciplinas obrigatórias para os três anos do ensino médio. Os alunos deverão cobrir toda a BNCC em, no máximo, 1,8 mil horas-aula.

As 1,2 mil horas restantes devem ser dedicadas ao aprofundamento no itinerário formativo de escolha do estudante. Esses itinerários serão

desenvolvidos pelos estados e pelas escolas, e o MEC vai disponibilizar nos próximos meses um guia de orientação para apoiar a elaboração desses documentos. As escolas poderão oferecer itinerários formativos em cada uma das áreas do conhecimento ou combinando diferentes áreas (ABR).

Fim de iodo em sal usado na alimentação animal

A Comissão de Agricultura da Câmara aprovou o projeto que acaba com a obrigação da presença de iodo no sal usado na alimentação animal. O decreto regulamenta a Lei 6.198/74, que trata da fiscalização dos produtos destinados à alimentação animal. Apresentado pelo deputado Beto Rosado (PP-RN), recebeu parecer favorável do relator, deputado Walter Alves (PMDB-RN).

Na opinião de Alves, a iodinação do sal gera "custos desnecessários aos setores salineiro e agropecuário. Deveria caber aos pecuaristas optarem por adquirir sal iodado ou não, conforme as necessidades de nutrição ou de saúde animal de seus respectivos rebanhos". Atualmente, o sal empregado no consumo humano no Brasil também deve ser iodado, conforme determina a Lei 6.150/74. O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça. Se aprovado, segue para o Plenário (Ag.Câmara).

Marun: Temer "é vítima de mais um capítulo de perseguição"

Após reunião ministerial, no Palácio do Planalto, o presidente Temer decidiu ir para São Paulo cumprir uma agenda particular. Antes, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse que Temer é vítima de "mais um capítulo de perseguição". "A própria falta de cautela, a agressividade de alguns setores ao se referirem ao presidente, sem que prova alguma exista a corroborar as afirmações que fazem, no meu entender, eu vejo essa questão como mais um capítulo desta perseguição que se faz ao governo", completou Marun.

Ele se referiu à reportagem da Folha de S. Paulo informando que a filha do presidente, a psicóloga Maristela Temer,



Ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun.

teria recebido pagamento suspeito da mulher do coronel João Baptista Lima Filho, investigado pela Polícia Federal. O coronel chegou a ser preso pela PF no último dia 29 de março no âmbito da Operação

Skala. Lima é apontado como intermediário no pagamento de propinas das empresas beneficiadas. Ele foi solto em 1º de abril, após ser interrogado.

"Nós temos que parar de ter essa visão de que o que fala o delator é a absoluta verdade. Tem delator falando tanta coisa que muita gente que parece boa estaria comprometida se tudo o que o delator falar for verdade", declarou Marun após a reunião ministerial. Ele afirmou que desistiu de entrar com um pedido de impeachment contra o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, aduzindo que Barroso "tem desrespeitado a Constituição e deixado com que suas preferências políticas partidárias se revelem nas suas decisões" (ABR).

Lei regulamenta produção de polpa e suco de frutas

Raul Golinelli/Gov.BA



Para fins de rotulagem e registro, poderão estar escritas na embalagem as denominações "artesanal", "caseiro" e "colonial".

Foi sancionada a lei que regulamenta a produção de polpa e suco de frutas. Mas foi vetada a restrição das novas normas às cooperativas e associações formadas exclusivamente por agricultores familiares. A nova lei tem origem no projeto aprovado no Senado no último dia 21. O texto entrou em vigor ontem (12). Além do veto à exclusividade da nova regulamentação para cooperativas e associações formadas apenas por agricultores familiares, também foi vetado o trecho que estabelece que a produção, padronização e envase da polpa ou suco de frutas devem ser realizados exclusivamente na agricultura familiar.

Ao vetar o trecho, o presidente Temer, alegou que a restrição feria os princípios e regulamentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de desarticular o setor e excluir do mercado aqueles que usam outras vias para produção e comercialização dos produtos, como cooperativas, associações

e supermercados. A regulamentação permite que as atividades de inspeção e fiscalização da produção e do comércio de bebidas possam ser objeto de convênios, ajustes ou acordos celebrados entre o governo federal e órgãos e entidades dos estados e dos municípios.

O texto estabelece, por exemplo, que a produção de polpa e suco de frutas em estabelecimento familiar deve ser feita com matéria-prima produzida exclusivamente na agricultura familiar, e em quantidade máxima estabelecida para cada produto conforme norma regulamentadora. Para fins de rotulagem e registro, poderão estar escritas na embalagem as denominações "artesanal", "caseiro" e "colonial". E serão obrigatórias no rótulo a denominação do produto, o nome do agricultor familiar e o endereço do imóvel rural onde foi produzido, além de informações a serem incluídas por norma regulamentadora (Ag.Senado).

Anistia Internacional pede prioridade aos direitos humanos

A partir de hoje (13), a 8ª Cúpula das Américas reunirá, pelo menos, 20 chefes de Estado e de Governo e vários vice-presidentes e chanceleres de toda América em Lima, no Peru. O encontro vai até amanhã (14) e o tema será a "Governabilidade democrática frente à corrupção". Por solicitação da Anistia Internacional (AI), os líderes regionais devem debater a questão da proteção dos direitos humanos colocando o tema como "prioridade" na declaração final. Também a pedido da organização, devem ser tomadas "medidas urgentes" sobre o assunto.

"Os direitos humanos nas Américas experimentaram um retrocesso alarmante nos últimos anos: desde as políticas discriminatórias impulsionadas pelo Governo de Donald Trump até a repressão violenta de manifestações em Honduras e na Venezuela", manifestou a diretora para as Américas da América Latina da AI, Erika Guevara Rosas.



Donald Trump e Nicolás Maduro, não participarão do encontro. Trump será substituído pelo seu vice-presidente, Mike Pence; já o líder venezuelano teve o convite para o evento retirado.

Em carta aberta dirigida aos líderes presentes à cúpula, a AI indicou uma série de problemas "mais urgentes", como a crise deflagrada pelos refugiados na Venezuela e na América Central, o discurso

"retrogrado" sobre direitos humanos, as dificuldades de acesso à Justiça e a luta contra a impunidade. Ao apresentar o cenário que considera urgente, a AI fez um alerta: "Os dirigentes regionais têm a obrigação de tomar medidas urgentes para proteger os direitos humanos de toda a população. Deixar de fazer isso em um momento crítico como este colocaria em perigo a vida de milhões de pessoas" (ABR).

Projeto limita diferença de preço entre classes de voos

A diferença de preço entre cada classe tarifária de um mesmo voo não poderá ultrapassar 50% do valor. É o que estabelece o projeto que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

O projeto ainda obriga a atualização em tempo real na internet do preço da passagem na hora da compra, de acordo com a escolha de assentos.

Conforme a lei que cria a Agência Nacional de Aviação

Civil, para voos comerciais é usado o regime de liberdade tarifária, em que as companhias determinam suas próprias tarifas e só comunicam os valores à Anac. A agência, por sua vez, é quem estabelece os mecanismos para assegurar a fiscalização e a publicidade das tarifas. De acordo com o autor do projeto, senador Aírton Sandoval (PMDB-SP), o objetivo é evitar abusos.

Empresas aéreas, segundo o parlamentar, estão utilizando

a metodologia de precificação dinâmica, em que quanto mais um voo é procurado, mais cara fica a passagem. "São incontáveis as reclamações e acusações, por parte de consumidores no sentido de que as companhias aéreas possam estar manipulando a oferta de preços com base em algoritmos e inteligência artificial", explica. A proposta segue para votação terminativa na Comissão de Transparência e Defesa do Consumidor (Ag.Senado).